

A Idade Média revis(it)ada: *História(s) do cerco de Lisboa*

Maria do Amparo Tavares Maleval*

RESUMO:

José Saramago muito contribuiu para a revitalização do romance histórico, que na atualidade se caracteriza por revisitar o passado de forma irônica. Em *História do Cerco de Lisboa* coloca explicitamente em discussão a veracidade dos textos que relatam o acontecimento histórico, os limites entre verdade factual e ficção. A partir daí, na narrativa que se desenvolve, sobre o revisor que encontra o amor e escreve nova história do Cerco, questiona igualmente a autenticidade dos atos humanos em geral.

Palavras-chave: Romance histórico. Historiografia. Verdade. Ficção. Ironia.

Do novo romance histórico

Dentre as muitas formas pelas quais o passado, notadamente a Idade Média, vem sendo revisitado, destaca-se a proporcionada pelo romance histórico, que, firmando-se no historicista século XIX, dialoga nos séculos XX-XXI com as novas tendências da historiografia (BARROS, 2004). Estas, dentre outros aspectos, colocam em evidência a discussão acerca da escrita da história, da (im)parcialidade do historiador, relacionada inclusive com o seu “lugar de fala” (CERTEAU, 2002).

Para a revitalização do romance histórico, foi decisiva a publicação de *O nome da rosa*, de Umberto Eco (1980), que conseguiu a façanha de tornar-se um *best seller* sem desagradar a grande parte da crítica especializada. Esse autor, inclusive, no Pós-escrito a *O nome da rosa* (1984), observou ser uma tendência pós-moderna o cultivo do gênero, destacando que “o passado, já que não pode ser destruído porque sua destruição leva ao silêncio, deve ser revisitado: com ironia, de maneira não inocente” (ECO, 1984, p. 56-57). E desvelou o processo de criação da obra famosa: fundamentando-se em um vasto conhecimento do mundo medieval, a ponto de considerá-lo seu “imaginário cotidiano” (ECO, 1984, p. 17), dele promovera uma reconstrução possível, em que a prática da intertextualidade e de figuras como a preterição e a ironia seriam alicerces consideráveis no “jogo metalinguístico” (ECO, 1984, p. 57) instaurado. Para modelo da trama, escolheu o da “mais metafísica e filosófica, o romance policial” (ECO, 1984, p. 45). Enfim, saber e sabor, verdade factual e ficção se encontram na obra famosa, que encantou leitores os mais diversos, dos simples aos eruditos, até porque “divertir não significa di-verter, desviar dos problemas” (ECO, 1984, p. 48).

Também o Nobel de literatura José Saramago contribuiu de forma destacada para a revitalização do romance histórico na contemporaneidade, retomando o passado não como fuga do presente, mas da “maneira não inocente” referida por Eco, questionando os limites entre realidade, história e ficção e denunciando o papel das subjetividades e ideologias na deturpação dos fatos ao serem fixados pela escrita. Consciente de que “os livros falam sempre de outros livros e toda história conta uma história já contada” (ECO, 1984, p. 20) – ou, como diria Foucault (2008, p. 31), um livro “está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases” –, em *História do cerco de Lisboa* (1989) explicitamente remonta às crônicas medievais que narraram o acontecimento histórico de 1147. Mas observamos que, implicitamente, o magistério do cronista-maior quatrocentista, Fernão Lopes, é uma presença marcante na obra, cujos rastros iremos a seguir observar, retomando estudo anteriormente realizado (MALEVAL, 2002).

Saramago, leitor de Fernão Lopes

Apropriada epígrafe escolhida para iniciar o romance já aponta para um possível diálogo com a *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes, se não pelos acontecimentos que focalizam – aquele remontando à época de formação da ‘nacionalidade’ portuguesa sob a liderança de Afonso Henriques, fundador da Dinastia Afonsina, esta à da Revolução que deu origem à Dinastia de Avis, que confirmou essa ‘nacionalidade’, face aos interesses de Castela –, pela preocupação com a Verdade.

Recorramos ao aforismo usado como epígrafe por Saramago: “Enquanto não alcançares a verdade, não poderás corrigi-la. Porém, se a não corrigires, não a alcançarás. Entretanto, não te resignes”. É evidente a forma paradoxal da pretensão que se apresenta – do alcance e correção da verdade; no entanto, apesar do ceticismo, a busca é a lição recomendada.

Outra não é a intenção do cronista, enunciada no Prólogo da citada *Crônica de D. João I*, onde se apresenta como paladino da “simpres verdade”, da “nua verdade”, em detrimento da “afremosentada falsidade” (LOPES, 1977, p. 2-3). Coloca-se, dessa forma, na esteira da historiografia clássica, assumindo esse lugar comum dos historiadores latinos, por sua vez herdeiros dos gregos – tal seja, o cuidado com a verdade e a dificuldade em estabelecê-la correta. Sim, porque já Xenófanes (séculos VI-V a.C.) enfatizava “a incerteza do conhecimento humano e a relatividade das concepções humanas” (MOMIGLIANO, 2004, p. 56); Hecateu (fim do século IV a.C.), a necessidade de “um critério objetivo de escolha entre fatos e fantasias (p. 57); Tucídides (séculos V-IV a.C.), crítico e iconoclasta com relação aos deuses, a concepção da vida “em termos de vida política e a história em termos de história política” (p. 66), contrapondo-se ao crédulo Heródoto (século V a.C.), que assumiu como dever primordial o “registro de tradições” (p. 56). Aliás, Cícero (século I a.C.), conforme destaca Momigliano (p. 76), inclusive cita Tucídides, ao enfatizar ser a primeira lei do historiador narrar “nada mais e nada menos do que a verdade”: “*Nam quis nescit primam esse historiae legem, ne quid falsi dicere audeat, deinde ne quid veri non audeat*” (*De oratore*, II, 15, 62). E sabemos a importância desse mestre romano da eloquência (mas não só) na constituição do processo cultural do Ocidente medieval.

Mas, voltando a Fernão Lopes, os estudiosos da retórica sabemos que toda argumentação é indício de uma dúvida, pois “não há necessidade de discursos para os pontos que conhecemos e sobre os quais já temos juízo formado” (ARISTÓTELES, [s.d.], p. 161). Portanto, o cronista aponta para a relatividade da verdade, e enfaticamente refere-se à questão da subjetividade no processo de construção do discurso histórico, indicando a parcialidade dos cronistas seus predecessores, “muito favoráveis no recontamento” dos feitos dos senhores (LOPES, 1977, p. 1). Parcialidade à qual, de resto, ele próprio não conseguiu ficar imune, conforme demonstramos através do exame dos recursos retóricos de que lançou mão na crônica em estudo anterior (MALEVAL, 2010).

O magistério de Lopes pode ser observado ainda em muitos outros aspectos da obra de Saramago. Por exemplo, na reapropriação de provérbios e cantigas, como:

1. A máxima “Quem o seu inimigo poupa, às suas mãos lhe morre” (SARAMAGO, 1989, p. 22) já fora anteriormente citada por Fernão Lopes a propósito da atitude benevolente de D. João de Avis para com os seus traidores; complacência esta que fora, de resto, muito criticada pelo povo (LOPES, 1977, p. 334).

2. A cantiga “Esta é Lisboa prezada, Resguardada, Aqui terá perdição, O cristão” (SARAMAGO, 1989, p. 69), entoada pelos muçulmanos contra os cristãos que cercavam a cidade no século XII, apresenta-se como ressonância da cantiga entoada pelas mulheres da Lisboa cristã do século XIV, que, também sitiada, era a que segue: “Esta é Lisboa prezada: / mirá-la e leixá-la. / Se quiserdes carneiro, / qual derom ao Andeiro; / se quiserdes cabrito, / qual derom ao Bispo” (LOPES, 1977, p. 198). Com o cotejo, desvela-se o farisaísmo das guerras ‘santas’, movidas pela cobiça, não pela fé. Até porque o cerco

de Lisboa pelas tropas do rei de Castela, descrito por Fernão Lopes, foi um episódio de guerra entre cristãos, embora também apresentando como desculpa a questão religiosa. Isto porque os sitiadores eram, com a França, partidários do Papa cismático de Avinhão, na Guerra dos Cem Anos que então dividia a Cristandade; e os portugueses alinhavam-se com a Inglaterra contra o Cisma, apoiando o Papa de Roma. As referências da cantiga apresentada pelo cronista, ao Andeiro e ao Bispo, explicam-se por terem sido eles ligados à rainha e a Castela e, por isso, mortos no início do movimento que tomou por líder o Mestre de Avis, futuro D. João I de Portugal.

O parentesco de Saramago com o genial cronista se desvela igualmente na importância dada à atuação dos humildes nos sucessos históricos: Fernão Lopes destacou o papel das massas, da chamada “arraia miúda”, na Revolução portuguesa de 1383-1385; inclusive denunciando-lhes a manipulação pelos políticos, reconhecendo a força de sua simpatia e do seu partidarismo. Isto podemos perceber na seguinte passagem da crônica: “Soarom as vozes do arroido pela cidade, ouvindo todos braadar que matavam o Meestre; e assi como viúva que rei nom tiinha, e como se lhe este ficara em logo de marido, se moverom todos com mão armada (...) por lhe darem vida e escusar morte” (LOPES, 1977, p. 21)¹. Aí se refere ao momento em que o Mestre de Avis se encontrava no palácio da Rainha Leonor Teles, com o objetivo de assassinar-lhe o amante, conde de Andeiro; mas a notícia que os líderes políticos mandaram divulgar pela cidade era contrária aos fatos, fazendo com que o povo acorresse ao castelo, em defesa do Mestre querido contra a Rainha detestada – o que Fernão Lopes não esconde, apesar de ser o cronista da Casa de Avis, incumbido por D. Duarte, filho do fundador da Dinastia, de escrever a história dos reis de Portugal.

A força popular, uma vez deflagrada, não pôde ser mais contida pelos que desejavam um simples golpe de estado, visando derrubar a regente, Leonor Teles. Desencadeia-se, dessa forma, a revolução, em que se confrontaram a maior parte da nobreza e os “pequenos” que apoiavam o Mestre de Avis, aos quais aderiram os burgueses mercantilistas. E Lopes destaca o modo de atuação desses, como no episódio em que “os poboos meudos, mal armados e sem capitam, com os ventres ao sol”, tomavam rapidamente castelos que os antigos reis, bem armados e após longo cerco, não conseguiram tomar (LOPES, 1977, p. 75-76).

Tal relação entre os escritores já fora notada por especialistas, como Luís de Sousa Rebelo; este, a propósito dos construtores do Convento de Mafra, no *Memorial do Convento*, aponta o “rol dos obreiros, desdobrado naquele jeito que nos ensinou Fernão Lopes para perpetuar os feitos dos mártires que são os humildes defensores da terra lusitana”, como se fosse “uma ladainha dos pequenos vindos dos quatro cantos do reino” (REBELO, 1983, p. 16).

Rebelo destacara igualmente o caráter de oralidade presente na narrativa saramaguiana, que assume “o tom conversado do milenário contador de estórias”, servindo-se de todos os recursos da cultura popular, “sem cair em compromissos folcloristas” (REBELO, 1983, p. 12). Dessa forma, promove o “encontro das duas culturas, a de expressão oral e a literária”, a “fusão dialética dos dois mundos”, o popular e o erudito no referido romance, como também no que ora analisamos.

Da mesma forma procedera no passado o cronista, que, a par de citar as muitas fontes escritas a que recorrera, em vários passos da suas crônicas, principalmente na de *D. João I – Primeira Parte*, demonstra consciência do caráter falado da mesma, como por exemplo ao dizer: “Escrevendo em este passo, sem constringer nenhum que ouça” (LOPES, 1977, p. 55), ou “vós todos ouvis, e nenhum non pergunta” (p. 184), etc. E, já o vimos anteriormente, ambos se utilizam dos mesmos provérbios e cantigas correntes na boca do povo.

Voltando à preocupação com a verdade, que aproxima Saramago e Fernão Lopes, vemos que uma diferença óbvia pode ser constatada: se Fernão Lopes, no cotejo das fontes documentais a que procede, nem sempre conclui sobre qual a mais fidedigna; se desconfia, pois, da verdade dos documentos, no

entanto não procede, como Saramago, à total iconoclastia, não assume por inteiro uma posição de dúvida, de total desconfiança quanto à possibilidade de alcançá-la (à verdade). Mas o cronista já fizera mais do que lhe permitia a sua época, apontando para a dúvida, num mundo que ainda não conseguira desvencilhar-se do teocentrismo e da concepção de Verdade absoluta com ele condizente.

Fontes primárias em questão

No romance em foco, o ceticismo de Saramago com relação ao alcance da verdade se comprova não só na epígrafe já lembrada, mas consubstancia-se no acontecimento detonador da narrativa. Trata-se este de um NÃO, acrescentado gratuitamente a um texto historiográfico, modificando-lhe radicalmente a ‘verdade’ dos fatos, pelo personagem Raimundo Silva, revisor até então respeitável porque respeitador dos textos alheios.

O texto alterado é uma *História do cerco de Lisboa*, “mais uma repetição das mil vezes contadas e exaustas histórias do cerco” (SARAMAGO, 1989, p. 39) que tiveram lugar a partir da crônica atribuída a Osberno. Este era um militar inglês que documentara em latim, e no gênero epistolográfico, a sua versão do acontecimento, da qual existe uma cópia, procedente da segunda metade do século XII ou da primeira década do XIII, em códice pertencente ao Colégio *Corpus Christi* de Cambridge (BRANCO, 2007, p. 9). Trata-se de uma testemunha ocular, que participara do episódio como um dos cruzados que teriam auxiliado Afonso Henriques na conquista da cidade aos mouros.

Refletindo sobre o discurso que Afonso Henriques teria pronunciado diante dos cruzados, aos quais pedira a imprescindível ajuda, pensa o revisor que “nunca viremos a saber que palavras disse realmente” (SARAMAGO, 1989, p. 46). Se recorrermos à fonte documental explicitada, veremos que a adesão dos cruzados não fora imediata, e que somente após muita discussão ficou decidida a aliança com o rei para a conquista de Lisboa (OSBERNO, 1936, p. 65).

Após uma série de pensamentos desencadeados pelo assunto – porque imaginativo é o personagem –, acrescenta o NÃO deturpador: “agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser a verdade, ainda que diferente...” (SARAMAGO, 1989, p. 50).

Portanto, é óbvia a desconfiança para com o conceito de verdade, bem como o questionamento da fragilidade dos documentos. E não sem razão, uma vez que basta cotejarmos apenas duas fontes primárias da história do cerco para comprovarmos a diversidade das informações. Osberno, que teria sido testemunho presencial, participante como cruzado do cerco de Lisboa, acentua, por exemplo, a discordância entre os seus pares, a ambição de muitos deles e o conhecimento da sua vinda por Afonso Henriques. Já na *Crônica de cinco reis de Portugal*, ao que tudo indica do século XV, coloca-se como providencial a chegada dos cruzados: “Deus fizera mover aquela gente de sua terra para lhe fazer tanta mercê que a cidade de Lisboa fosse tomada” (CRÓNICA, s.d., p. 95). E, continuando a deturpação da fonte primeira com a finalidade de construir uma aura de santidade aos cruzados, apresenta-os desinteressados por bens materiais: “eles não vieram àquela terra senão por servir a Deus (...), não queriam haver riquezas nem cidades” (CRÓNICA, s.d., p. 95).

Então, continua o personagem Raimundo Silva a refletir: qual seria o papel dos escritores e dos revisores na (trans)formação do mundo? Sabemos que aqueles não são mais necessariamente porta-vozes da ideologia do poder, como os cronistas, mas continuam comprometidos – consigo próprios, com a sua sobrevivência, com as imposições do contexto. Estes, acentua o personagem, são impedidos pelos valores impostos e pelas sanções de promoverem a justiça social: “Os revisores, se pudessem, se não estivessem atados de pés e mãos por um conjunto de proibições mais impositivo que o código penal, saberiam mudar a face do mundo, implantar o reino da felicidade universal...” (SARAMAGO, 1989, p. 5).

Mas, se Raimundo Silva não pode mudar o mundo, verá mudado o seu mundo, a partir desse Não essencial. Apesar dos dramas de consciência, do medo da punição, tornar-se-á verdadeiro pelo amor, que encontrará. Dessa forma junta-se mais um ingrediente de peso ao romance histórico: uma trama amorosa.

Se os documentos históricos não podem ser tocados impunemente, e os romances?... Primeiramente, pensa o personagem, “as ficções que contam, fazem-se, todos e todas, como uma continuada dúvida, com um afirmar reticente, sobretudo a inquietação de saber que nada é verdade e ser preciso fingir que o é ...” (SARAMAGO, 1989, p. 56).

A(s) nova(s) história(s) de Raimundo

Raimundo Silva, apesar da sua transgressão, por causa dos seus bons antecedentes não foi punido pela modificação feita no texto alheio. E conhece Maria Sara, a nova Chefe dos Revisores, cargo então criado para controlá-los. Maria Sara, como é comum às personagens femininas saramaguianas, caracteriza-se pela integridade, pela segurança, pela força, pela autenticidade. Esta se desvela inicialmente inclusive pelos fios de cabelos brancos não tingidos, notados por Raimundo Silva, que termina por livrar-se da excessiva preocupação com o julgamento alheio acerca do seu comportamento, da sua aparência. Símbolo dessa modificação é o ato de jogar fora a tinta com que pintava os cabelos, que deseja agora sem disfarces, “para conhecer a sua verdadeira cara” (SARAMAGO, 1989, p. 132), promovendo o “surgimento da sua verdade capilar nua de artifícios” (p. 209).

O namoro desenrola-se mais pela iniciativa feminina que pela determinação masculina. E aqui nos ocorre a lembrança daquele outro par de amadores, Amadis e Oriana, que já na Idade Média demonstrava quanto pode a graça e a ousadia da mulher... Aliás, essa ressonância medieva é indicada pelo próprio nome da personagem feminina que se apresenta na nova história do cerco contada pelo revisor: Ouroana. A isto retornaremos adiante.

Por sugestão de Maria Sara, mesmo pela sua insistência, Raimundo Silva escreve a sua *história do cerco de Lisboa*. Para tanto, diz ter-se baseado na *História do cerco* que estaria a revisar, que por sua vez teria como fonte a *Crônica do Cruzado Osberno*, bem como as de Arnulfo e Dodequino, ou ainda a narração do *Indiculum Foundationis Monaster Sancti Vincentii*, a *Crônica dos cinco reis de Portugal* e a *Crônica de D. Afonso Henriques*, de Frei António Brandão: “Porém, o mal das fontes está na imprecisão de dados...”, na sua proliferação em

fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que rectificaram, as que tanto lhes fazia, e também as que se proclamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras (SARAMAGO, 1989, p. 124-5).

Cotejando a história do cerco que vai sendo composta por Raimundo Silva com os textos de Osberno e Arnulfo, bem como com a *Crônica de Cinco Reis*, e ainda com a *Crônica de Afonso Henriques de Duarte Galvão*, vemos que algumas diferenças essenciais se desvelam facilmente.

Primeiramente, o NÃO infrator, que deu origem às modificações na vida do personagem e à composição de uma nova história sobre o assunto, tem de ser justificado. E onde buscar os argumentos, senão na divisão dos cruzados quanto a ajudarem o rei na conquista de Lisboa? Esta, aliás, é documentada na narrativa atribuída a Osberno, como vimos, mas não nas demais crônicas, acima citadas.

O passo seguinte é examinar, à falta de causas contundentes para a negativa, o discurso do rei, para encontrar-lhe, na arrogância e avareza apostas em sua recriação, o motivo do desagrado. Mesmo assim,

o que a nova narrativa consegue é manter a cisão entre os aliados e, portanto, a meia-verdade do “não”: alguns cruzados não participarão do cerco. Deste modo, fica “mais ou menos conciliado o terminante Não do revisor com o Sim, o Talvez Que e o Ainda Assim de que se fez a história pátria” (SARAMAGO, 1989, p. 180). E retorna-se ao firmado na fonte primeira.

Dentre as muitas pequenas modificações que Raimundo Silva imprime ao seu novo relato do cerco, que percebemos através do seu próprio fragmentado discurso, complementado e interpretado pelo narrador que dele e do seu processo criativo fala, nenhuma é mais significativa que a inclusão de uma história de amor. Mesmo confessando a sua incapacidade para a criação literária, o revisor compensa a falta de mulheres na sua vida fazendo-as presentes entre os cruzados. Da mesma forma, a falta de coragem para telefonar a Maria Sara encontra sua compensação no encontro que promove entre os personagens por ele (re)criados, Mogueime e Ouroana (SARAMAGO, 1989, p. 225-228).

O destaque dado ao nome desta última novamente nos remete a Oriana, personagem da celeberrima novela *Amadis de Gaula*, cujos dois primeiros livros são atribuídos ao português João Lobeira, contemporâneo de D. Dinis, século XIII, aos quais Vasco Lobeira, no tempo de D. Fernando, século XIV, teria acrescentado mais uma parte (LAPA, 1970) e Garci Rodríguez de Montalvo (1987) ampliaria consideravelmente na versão castelhana publicada em 1508. Trata-se de novela de cavalaria, gênero considerado por cronistas como Pero López de Ayala e Gomes Eanes de Zurara (MALEVAL, 1992, p. 145) enquanto pertencente ao rol dos “livros de devaneios, de mentiras provadas”, “de cousas fingidas”, “de que não se seguia outra cousa senão a deleitação” dos receptores. Opunham essas estórias fictícias, com que muitos se distraíam ou “perdiam o seu tempo”, às crônicas, que se pretendiam testemunhas da verdade exemplar (MALEVAL, 1992, p. 145).

A obra focaliza um perfeito paradigma da cavalaria cortês, o mais perfeito dos heróis e amadores, totalmente dedicado à defesa dos necessitados, sobretudo mulheres, e ao seu amor pela bela princesa Oriana, a Sem-Par. Desta difere Ouroana pela sua origem humilde e pela relação com o cavaleiro Henrique, que na versão saramaguiana a raptara e estuprara, tornando-a sua concubina. Saramago corrói, dessa forma, a aura do cavaleiro sempre pronto a defender as mulheres indefesas, bem como a fama de mártir milagreiro que lhe fora atribuída, sedimentada pela tradição historiográfica após a sua morte no cerco, desde inclusive a *Crónica de cinco reis* (CRÓNICA, s.d., p.96-99).

Por outro lado, o papel de herói e de perfeito amador, pertencente na novela citada a um fidalgo, Amadis de Gaula, será agora desempenhado por um simples soldado. Destaca-se, então, que nos ombros do alto Mogueime subira o fidalgo Mem Ramires para conquistar Santarém, o que se baseia em fontes historiográficas, por exemplo na *Crónica de cinco reis* (s.d., p. 88), na parte referente a D. Afonso Henriques; esses mesmos ombros se oferecem agora para esteio à tomada de Lisboa, mas a par das reivindicações de igual soldo pago aos estrangeiros, defendendo os “justos interesses pessoais e colectivos” (SARAMAGO, 1989, p. 340).

A dedicação de Mogueime à mulher amada se inscreve nos postulados da *fin' amors*, e guarda estreito parentesco com o que fora expresso pelos trovadores nas canções de amor, na *langue d'oc* ou em galego-português. É um amor que de início se compraz com olhar a amada, que lhe reconhece a inacessibilidade, embora seja ela uma simples “barregã”. Mas que, atravessando as fases da galantaria, evolui do papel divulgado pela lírica occitana de suspirante (*fenhedor*) e suplicante (*precador*) para o de namorado ou amigo (*entendedor*) e amante (*drudo*).

Mesmo respeitando a decisão de Ouroana após a morte do seu senhor, deseja ele “provar o gosto da vida”, tanto quanto Raimundo Silva. Este, reflete sobre “que semelhanças há entre esse imaginado quadro e sua relação com Maria Sara, que não é barregã de ninguém”; de comum, “apenas o desejo, que tanto o sentia o Mogueime daquele tempo como o está sentindo o Raimundo de agora, as diferenças, que as

há, são culturais, sim senhor” (SARAMAGO, 1989, p. 255). Da mesma forma que os párias Balthazar e Blimunda foram igualados ao Padre Bartolomeu de Gusmão no *Memorial do Convento*, agora o amor aproxima o lisboeta par do século XX do obscuro casal medieval. Aliás, o próprio Raimundo Silva se compara a Mogueime nos seguintes termos: “Tal como ele nunca virá a ser capitão, eu nunca serei um escritor” (SARAMAGO, 1989, p. 329). Representações de homens simples, o amor é que os torna grandes.

Após declaração mútua de amor (ao telefone), Raimundo se torna e se reconhece outro – extrovertido, franco, despreocupado em relação aos juízos alheios que tanto o coíbiam. Vê-se espontâneo como Mogueime, sempre à espreita de Ouroana: “Mogueime ronda ao redor da tenda como uma mariposa fascinada pelo clarão dos brandões que sai pela abertura dos panos. Raimundo Silva olha o relógio, se dentro de meia hora Maria Sara não telefonar, telefonará ele...” (SARAMAGO, 1989, p. 319). E igualmente celebram a alegria da existência no amor.

A descrição da primeira entrega mútua do par medieval revela mais uma vez a ternura de Saramago pelos humildes (SARAMAGO, 1989, p. 328-9). Naturalmente felizes e verdadeiros, sem as mentiras das convenções, alcançam a paz, como também o outro par a alcançaria, apesar dos entraves culturais (SARAMAGO, 1989, p. 295).

Ficção e ‘realidade’, dessa forma, se encontram no universo romanesco. A história contada por Raimundo tem fim com a morte do almuadem, que conclamava a união de todos através da prece. Mas a história do revisor tornado escritor Raimundo Silva continua para além do seu ponto final, através da imaginação dos leitores por ela despertada.

Considerações finais

Ainda Luís de Sousa Rebelo constataria, a propósito do *Memorial do Convento*, que Saramago “não é um subversor de escritas por mero intuito lúdico ou vocação do gratuito. Todo o seu processo criador é comandado pela necessidade interior da significação”. Significação que mais uma vez respeita ao “sonho do Homem acima de todas as peias sociais” (REBELO, 1983, p. 20). Mas este sonho não se situa em uma atopia, nem em uma utopia, senão que no próprio topos habitado pelos seus personagens.

Daí que as denúncias aos falsos valores tenham razão de ser, como por exemplo o farisaísmo dos que expulsaram os mouros, vistos estes com simpatia. Realça-se, por outro lado, as maldades dos cristãos: os rios de sangue que fizeram correr, os estupros e mortes de mulheres, velhos e crianças indefesos, as “barganhas” em torno dos despojos, o modo traiçoeiro como se aproveitaram da conclamação à oração do almuadem para sinalizarem o ataque, num total desrespeito à fé dos sitiados etc. Esses fatos, aliás, já se apresentavam alguns nas crônicas ancestrais, mas não o último, uma vez que na Crônica do Cruzado Osberno documenta-se a rendição final dos muçulmanos, e não a penetração traiçoeira na cidade pelos cristãos num momento de prece coletiva.

Por outro lado, a própria ‘lusitanidade’ de Afonso Henriques e seus comandados é questionada, através do modo insistente como é chamado de ‘galego’. Aliás, sabemos que, à época do cerco, o Condado Portucalense situava-se quase que totalmente no território da antiga *Gallaecia* romana, não da *Lusitania*, esta sob o domínio muçulmano.

O personagem Raimundo Silva, com a sua transgressão, com os seus medos, é o contraste mais acabado dos “heróis” do passado. Heróis estes que são destronados, como vimos, uma vez que os ideais atribuídos pela tradição aos Cruzados são desmitificados, em prol do realce ao papel de seus humildes comandados – no caso, representados por Mogueime.

Tal substituição do centro pelas margens apresenta-se-nos como um dos aspectos mais instigantes para a comparação entre o romance histórico da atualidade e o do século XIX, que lhe deu origem sob a

égide do Positivismo. Por exemplo, em Portugal o confronto que se impõe é não apenas com a ficção de Alexandre Herculano, ou mesmo de Almeida Garrett, mas ainda com *A ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós. Este, afigura-se-nos o ascendente mais próximo da obra de Saramago, uma vez que igualmente estabelece o contraponto entre o presente e o passado, de forma justaposta. Como Herculano, Eça, através do seu personagem-escritor, buscara criticar a sua época a partir da apologia do medievo heroico; mas apenas aparentemente, pois termina por concluir não serem os fidalgos antepassados mais que assassinos cruéis. Saramago avança no questionamento dessa heroicidade, como, a seu modo, já o fizera também Garrett.

Na impossibilidade de, no momento, desenvolvermos tais comparações, concluiríamos reafirmando que Saramago revisita o passado de maneira “não inocente”, como preconizara Umberto Eco. Porém, muito mais que através das meias tintas da ironia, dá preferência a um modo de fazê-lo sarcástico, abertamente iconoclasta em relação aos valores, firmados nos discursos inaugurais da lusitanidade – o que, aliás, se coaduna com alguns procedimentos formais, demolidores das convenções linguísticas (pontuação, parágrafos etc), mas não ao ponto de tornarem a sua escrita ininteligível.

E, claro, aprofunda a discussão em torno dos limites entre ficção e historiografia, acentuando quão tênues o são. Põe em questionamento, portanto, a diferença que fora estabelecida desde os gregos, entre as competências do poeta e do historiador: “Não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu [que seria o objeto do historiador]; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade” (ARISTÓTELES, [s.d.], p. 306). Em Saramago constatamos o que Umberto Eco observara, acerca dos limites entre romance histórico e discurso historiográfico: “Acontecimentos e personagens são inventados, entretanto dizem sobre a (...) época coisas que os livros de história nunca disseram com tanta clareza” (ECO, 1984, p. 64).

Enfim, tais questionamentos não contradizem, antes corroboram características ideológicas que são uma constante nas obras de Saramago, como a preocupação com a dignificação dos simples, bem como com denunciar-lhes a exploração pelos poderosos, pondo em xeque a constituição do centro e das margens no processo histórico-político-cultural do Ocidente.

The Middle Age revised: The History(ies) of the Siege of Lisbon

ABSTRACT:

José Saramago contributed significantly to revitalizing the historical novel, which in our days is characterised by an ironic view of the past. In *The History(ies) of the Siege of Lisbon*, he explicitly discusses the veracity of the historical narrations, the boundaries between factual truth and fiction. Taking this into consideration, the narrative is developed: the reviser finds love and writes a new history of the siege as well as questions the authenticity of the human acts in general.

Keywords: Historical novel. Historiography. Truth. Fiction. Irony.

Notas explicativas

* Professora Adjunta VI da UERJ – Instituto de Letras – Departamento LIPO, onde leciona Literaturas Portuguesa e Galega na Graduação e na Pós-Graduação. Procientista da UERJ e bolsista do CNPq.

¹ Simplificamos a grafia dessa e das seguintes citações.

Referências

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]. 357 p.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 224 p.
- BRANCO, Maria João V. Introdução. *A conquista de Lisboa aos mouros*. Relato de um cruzado. Edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento. 2. ed. Lisboa: Nova Vega, 2007, p. 9-51.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 350 p.
- CRÔNICA DE CINCO REIS DE PORTUGAL, seguida da parte da *Crônica Geral de Espanha* que insere as histórias dos reis de Portugal. Ed. dipl. e prólogo de A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização Ed., [s.d.]. 420 p.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Trad. Aurora Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. 564 p.
- _____. Pós-Escrito a *O nome da Rosa*. Trad. de Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 66 p.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed., 3. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p.
- GALVÃO, DUARTE. *Crônica del-rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Portugalia, [s.d.]. 310 p.
- LAPA, M. Rodrigues. A questão de Amadis de Gaula no contexto peninsular. *Grial*, Revista Galega de Cultura, Vigo, n. 27, p. 14, jan./março 1970.
- LOBEIRA, João. *Amadis de Gaula*. Seleção, tradução, argumento e prefácio de M. Rodrigues Lapa. 6. ed. Lisboa: Seara Nova, 1973. 104 p.
- LOPES, Fernão. *Crônica del rei D. João I da Boa Memória*. Parte Primeira. Rep. facsim. da ed. do Arquivo Histórico Português (1915), prep. por Anselmo Braamcamp Freire. Pref. de Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: IN/CM, 1977. 428 p.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. A prosa de ficção: *Amadis de Gaula*. In.: MOISÉS, Massaud (diretor). *A literatura portuguesa em perspectiva*. Vol. I – Trovadorismo. Humanismo. São Paulo: Editora Atlas, 1992. p. 145-151.
- _____. História(s) do cerco de Lisboa: Saramago e os cronistas. *Boletín galego de literatura*. Santiago de Compostela, n. 28, p. 153-163, jul/dez. 2002.
- _____. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. 256 p.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 228 p.
- OSBERNO, ARNULFO. *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147*. Texto latino com trad. port. de José Augusto de Oliveira. Pref. Augusto Vieira da Silva. 2. ed. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936. 174 p.
- REBELO, Luís de Sousa. Os rumos da ficção de José Saramago. In: SARAMAGO, José. *Manual de pintura e caligrafia*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983. p. 7-38.
- RODRÍGUEZ DE MONTALVO, Garcí. *Amadís de Gaula*. 2 vols. Edición de Juan Manuel Cacho Bleuca. Madrid: Ediciones Cátedra, 1987. 1808 p.
- SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. São Paulo: Difel, 1983. 360 p.